



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS



PROJETO DE LEI N.º 54, DE 2006.

*Declara de utilidade pública municipal a
Associação das Folias de Reis de
Indianópolis.*

A Câmara Municipal de Indianópolis, Estado de Minas Gerais, aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública municipal a Associação das Folias de Reis de Indianópolis, pessoa jurídica de direito civil, sem fins lucrativos e político-partidários, com sede nesta cidade de Indianópolis, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 6 de março de 2006.

Anidson G. da Silva
ANIDSON GABRIEL DA SILVA
Vereador

Aprovado em 20/3/06
pa unanimidade dos presentes
[Assinatura]
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS



JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

É com satisfação que submeto à apreciação dessa Casa o Projeto de Lei n.º 54, de 2006, que tem por escopo declarar de utilidade pública a Associação das Folias de Reis de Indianópolis.

A personalidade jurídica dessa Associação é a de sociedade civil sem fins lucrativos e político-partidários, que tem por finalidade principal preservar a tradição da Folias de Reis no Município, mediante a promoção de encontros de foliões, entre outras iniciativas.

Essa entidade se acha juridicamente constituída, conforme atesta documentação anexa (comprovante de inscrição no CNPJ, Estatuto registrado e atas das Assembléias de aprovação do ato constitutivo e eleição da diretoria executiva).

Em que pese o Município não dispor de lei que estabeleça regras para se declarar de utilidade pública entidades civis, pode-se afirmar, com base na legislação federal, que regula a matéria (Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935), que a Associação das Folias de Reis de Indianópolis preenche os requisitos para obter esse reconhecimento. A saber:

- a) possui personalidade jurídica;
- b) se acha em efetivo funcionamento;
- c) não remunera os cargos de sua diretoria;
- d) fim exclusivo de prestar serviço de natureza cultura e social, de forma desinteressada, posto não visar lucros e fins político e partidário.



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS
ESTADO DE MINAS GERAIS



Prova de que essa Associação está em efetivo exercício é o fato de ela ter organizado e promovido, nos últimos anos, inclusive em janeiro deste ano, Encontros de Folias de Reis na cidade, que contaram com a participação de milhares de pessoas, vindas, até mesmo, de diversas cidades da região.

Portanto, fica demonstrado que a Associação das Folias de Reis de Indianópolis é entidade que atende às regras para ser declarada de utilidade pública. E o mais importante é que esse reconhecimento facilitará a obtenção de recursos públicos e privados, que possibilitará à entidade realizar com mais eficácia seus fins estatutários.

Diante do exposto, conto com a aprovação da matéria pelos colegas vereadores.

Sala das Reuniões, 6 de fevereiro de 2006.

Anidson G. da Silva
ANIDSON GABRIEL DA SILVA
Vereador

ante,

a os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
07.807.991/0001-68

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
10/01/2006

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO DAS FOLIAS DE REIS DE INDIANOPOLIS

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

91.99-5-00 - Outras atividades associativas, não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - OUTRAS FORMAS DE ASSOCIACAO

LOGRADOURO

RUA IRINEU ALVES RABELO

NÚMERO

108

COMPLEMENTO

CEP

38.490-000

BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

MUNICÍPIO

INDIANOPOLIS

UF

MG

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
10/01/2006

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 568, de 8 de setembro de 2005.

Emitido no dia 01/02/2006 às 08:01:53 (data e hora de Brasília).

Voltar

A SRF agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
Atualize sua página

Preparar página
para impressão



ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DAS FOLIAS DE REIS DE INDIANÓPOLIS

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, FINS, SEDE E TEMPO DE DURAÇÃO

Art. 1º A Associação das Folias de Reis de Indianópolis é uma sociedade civil de caráter cultural e religioso, sem fins político-partidários e lucrativos e reger-se-á pelo presente estatuto, tendo sua sede na cidade de Indianópolis.

Parágrafo único. A associação não remunera seus dirigentes.

Art. 2º A Associação durará por tempo indeterminado.

Art. 3º São objetivos da Associação:

- I - Estimular a cooperação mútua entre os associados;
- II - Preservar e proteger a tradição da Folia de Reis;
- III - Coordenar e promover encontros de foliões, desde que decididos em Assembléia Geral;
- IV - Promover campanhas junto à comunidade visando angariar fundos para as festividades de adoração aos Reis Magos e Sagrado Nascimento de Jesus.

CAPITULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 4º A todo aquele que participe de alguma Companhia de Folia de Reis assiste o direito de ser admitido na Associação, desde que preencha os requisitos abaixo:

- I - ter conhecimento da tradição da Folia de Reis;
- II - ser religioso e respeitar a História Sagrada.

Art. 5º Serão admitidas pessoas de ambos os sexos e de qualquer idade.

Art. 6º São direitos e obrigações dos associados:

526 *Reis* *Indianópolis*



- I - Participar das Assembléias Gerais, ordinárias e extraordinárias;
- II - Usufruir de todo e qualquer benefício conquistado pela Associação;
- III - Votar e ser votado para os diversos cargos da Associação, desde que maior de 18 anos;
- IV - Cumprir o estatuto e zelar para que este seja cumprido, bem como acatar as decisões da Assembléia Geral;
- V - Proceder com moral e respeito dentro de qualquer atividade missionária;
- VI - Comunicar por escrito à Diretoria da Associação, alterações do endereço;
- VII - Todo associado tem o direito de desligar-se da Associação, quando julgar necessário, comunicando por escrito os seus motivos à Diretoria;
- VIII - O associado quando acusado de qualquer irregularidade tem o direito de recorrer perante a Diretoria e, se for necessário, perante a Assembléia Geral, para se defender. Para isto, terá o prazo de 30 dias após a acusação oficial para fazer sua apelação.

Art. 7º O associado que promover o descrédito da Associação ou não se conduzir de maneira civilizada em suas dependências, ou descumprir seu estatuto, será advertido ou suspenso pela Diretoria, conforme a gravidade da falta, podendo inclusive ser eliminado do quadro associativo.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 8º A associação das Folias de Reis de Indianópolis é administrada por delegação da Assembléia Geral, pelos seguintes órgãos:

1 – Diretoria

- 1.1 – Presidente
- 1.2 – Vice-Presidente
- 1.3 – 1º Secretário

52
[Handwritten signatures]

1.4 - 2º Secretário

1.5 - Tesoureiro



II- Conselho Consultivo

1.6 - 1º Conselheiro

1.7 - 2º Conselheiro

1.8 - 3º Conselheiro

Art. 9º São atribuições do Presidente:

- I - Convocar e presidir as reuniões da Administração;
- II - Convocar e presidir as Assembléias Gerais;
- III - Representar a Associação em Juízo ou fora dele, podendo constituir mandatários com poderes especiais mediante a permissão da Administração;
- IV - Organizar com o Secretário o relatório das atividades da Associação;
- V - Assinar os títulos de propriedade da Associação juntamente com o Secretário e o Tesoureiro;
- VI - Autorizar juntamente com o Tesoureiro os títulos de crédito, pagamentos, balanços e demais documentos relativos às responsabilidades financeiras da Associação, desde que aprovados pela Diretoria;
- VII - Assinar as correspondências, Atas e rubricar os livros que constituam documentos da Associação.
- VIII - Movimentar em conjunto com o Tesoureiro a conta bancaria;
- IX - Apresentar os balanços e orçamentos para a Assembléia Geral;
- X - Explicar aos novos associados as disposições gerais do Estatuto e coloca-los a par do que é a Associação.

Art. 10. São atribuições do Vice-Presidente

- I - Substituir e representar o Presidente em todas as suas funções por ocasião de sua ausência;
- II - Participar de todas as atividades da Associação juntamente com o Presidente.

Handwritten signature and initials.

Art. 11. São atribuições do 1º Secretário:

- I - Organizar e assinar as correspondências, bem como redigir, ler e assinar as atas das reuniões da Administração e das Assembléias Gerais;
- II - Manter sob sua guarda os arquivos, registros dos foliões, e fichários da Secretaria;
- III - Apresentar ao Presidente o relatório mensal de todas as atividades da Associação;
- IV - Assinar com o Presidente e o Tesoureiro os títulos de propriedade da Associação e juntamente com o Presidente outros documentos jurídicos.

Art. 12. São atribuições do 2º Secretário:

- I - Substituir e representar o 1º Secretário em todas as suas funções por ocasião de sua ausência;
- II - Participar de todas as atividades da Associação.

Art. 13. São atribuições do Tesoureiro:

- I - Pagar as despesas autorizadas e assinadas pelo Presidente;
- II - Assinar com o Presidente e o Secretário os títulos de propriedade, pagamentos, balanços, e demais documentos relativos à responsabilidade financeira da Associação;
- III - Manter em dia a contabilidade da Associação;
- IV - Movimentar em conjunto com o Presidente a conta bancária.

Art. 14. São atribuições do Conselho Consultivo:

- I - Discutir os relatórios e balancetes da Diretoria e dar o seu parecer;
- II - Apurar sobre regularidades de ordem econômica;
- III - Julgar as irregularidades que possam estar afetando a Associação diante de seus objetivos;
- IV - Entrevistar os interessados que solicitam adesão à associação;

56- *[assinatura]* *[assinatura]*



V - Em caso de 03 faltas consecutivas em Assembléias Gerais, sem justificativa por parte do associado, cabe ao Conselho estipular a sanção a ser aplicada, mediante a aprovação da diretoria;

VI - Estudar os pedidos de reconsideração de acusações sofridas por algum associado antes que as sanções lhe sejam aplicadas;

VII - Quando solicitados pela diretoria, entrarem em contato com os associados ausentes por motivo justo, visando prestar auxílio.

CAPITULO IV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15. As Assembléias Gerais da Associação das Folias de Reis de Indianópolis serão realizadas em observação ao que se seguem:

I - As suas decisões são soberanas;

II - As assembléias Gerais serão ordinárias e extraordinárias;

III - As assembléias Gerais ordinárias serão mensais;

IV - Caso haja interesse individual em convocar uma Assembléia Geral extraordinária, o associado deverá dirigir-se à Diretoria que julgará a necessidade da realização da mesma;

V - A assembléia Geral só será válida em suas decisões se tiver, pelo menos, 50% mais um dos associados presentes;

VI - Os associados ausentes da Assembléia Geral deverão acatar as decisões tomadas pelos associados presentes à Assembléia;

VII - A Diretoria e o Conselho serão eleitos em Assembléia Geral mediante voto secreto e pelo período de 3 anos;

VIII - A Diretoria e o Conselho Consultivo poderão ser substituídos por decisão, em Assembléia Geral, se pelo menos 50% mais um dos associados assim o decidirem;

IX - Para a realização da Assembléia Geral Extraordinária, os associados deverão ser avisados com pelo menos 10 dias de antecedência da data da sua realização e também do assunto que será tratado;

X - A Assembléia Geral poderá reformular o presente estatuto desde que a prática indique esta necessidade, devendo esta reforma ser aprovada com a presença de pelo menos 50% mais um dos associados.

52 *[Handwritten signatures]*



Art. 16. Os casos omissos do presente estatuto serão decididos em Assembléia Geral.

CAPITULO V

DA EXTINÇÃO DA ASSOCIAÇÃO

Art. 17. A decisão para a extinção da Associação só poderá ser tomada com a presença de pelo menos 2/3 dos associados;

Art. 18. Dissolvida a Associação, o remanescente do seu patrimônio líquido será destinado à instituição municipal, de fins idênticos ou semelhantes.

CAPITULO VI


DO ESTATUTO

Art. 19. O presente estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia Geral.

Indianópolis-MG, em 23 de dezembro de 2005.


WANDERLEI PEREIRA DE FARIA - Presidente


MARIOZAM RODRIGUES DA SILVA - 1º Secretario


Selmo Alves de Souza

OAB/MG 82.199